

INQUÉRITO Nº 1.258 - DF (2013/0108775-2) (f)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
REQUERENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
REQUERIDO : **EM APURAÇÃO**
ADVOGADOS : **ANDRÉ LUÍS CALLEGARI - RS026663**
GASPARE SARACENO - BA003371
MIGUEL PEREIRA NETO - SP105701
GEVALDO DA SILVA PINHO JUNIOR - BA015641
ADVOGADOS : **ANGELA CIGNACHI - DF018730**
BENEDITO CEREZZO PEREIRA FILHO - SP142109
MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - DF021932
RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH - DF026966
VICTOR KORST FAGUNDES - DF025843
JOÃO DANIEL JACOBINA BRANDÃO DE CARVALHO - BA022113
GUSTAVO TOSI - DF028498
GUILHERME BARBOSA MESQUITA - DF030417
ALEXANDRE LUIZ AMORIM FALASCHI - DF033253
ADVOGADOS : **THAÍS AROCA DATCHO LACAVA - SP234563**
THOMAS AMPESSAN LEMOS DA SILVA - DF040106
LUIZ EDUARDO RUAS BARCELLOS DO MONTE - DF041950
RAFAEL FONSECA TELES - BA029116
LUIZ FERNANDO VIEIRA MARTINS - RS053731
ALBERTO CARVALHO SILVA - BA026774
GUSTAVO TEIXEIRA GONET BRANCO - DF042990
FELIPE FERNANDES DE CARVALHO - DF044869
DANILO MENDES SADY - BA041693
ADVOGADOS : **MARÍLIA ARAUJO FONTENELE DE CARVALHO - DF043260**
ARIEL BARAZZETTI WEBER - RS088859
CAROLINE SCANDELARI RAUPP - DF046106
FÁBIO BASÍLIO LIMA DE CARVALHO - BA022757
JESSIKA CASTANON DE OLIVEIRA - DF048976
ANTONIO MIGUEL PENAFORT QUEIROS GROSSI - DF049341
SÉRGIO ALEXANDRE MENESES HABIB - BA004368
MARCO ANTONIO ADRY RAMOS - BA048896
THALES ALEXANDRE PINHEIRO HABIB - BA049784
MARCUS VINICIUS AGUIAR FARIA - BA031252
HADERLANN CHAVES CARDOSO - DF050456
IVAN CANDIDO DA SILVA DE FRANCO - SP331838
THAINAH MENDES FAGUNDES - DF054423
PAULA STOCO DE OLIVEIRA - SP384608
GUSTAVO ALVES MAGALHÃES RIBEIRO - SP390228
ALEXIS ELIANE - SP389822
LUÍSA CIBREIROS DA SILVA - DF056161

JULIANA NANCY MARCIANO - SP360723
RENATA NAMURA SOBRAL - SP406994
SOSTENES CARNEIRO MARCHEZINE - DF044267
CLARA MOURA MASIERO - SP414831
RAQUEL XAVIER VIEIRA BRAGA - DF055574
BRUNO GUSTAVO FREITAS ADRY - BA054148
MARINA FERES CARMO - DF060972
SARAH PIANCASTELLI MOREIRA - DF060842
Daniela Scariot - RS110864
RAFAEL PINA VON ADAMEK - DF062524
CAMILA MANTOVANI ZERBINATTI - SP408237
MARIANA MADERA NUNES - DF063192
MARIANA NADDEO LOPES DA CRUZ CASARTELLI - DF061452
RAFAEL OLIVEIRA SANTOS - BA050620
MATHEUS FEITOSA DOS SANTOS - DF063636
CAROLINNA GETRO DE CARVALHO AGUIAR - DF060100

DECISÃO

Vistos, etc.

Os advogados da investigada ROSIMERI ZANETTI MARTINS peticionam requerendo acesso integral aos autos do INQ nº 1258-DF.

A Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal prescreve: "*É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.*".

A regra, portanto, é que os investigados devem ter pleno acesso aos autos das investigações que tramitam contra si, exceto quando esse acesso seja capaz de frustrar medida sigilosa em curso ou a ser implementada no interesse da investigação.

A Segunda Turma do STF tem o seguinte precedente sobre o tema:

Há, é verdade, diligências que devem ser sigilosas, sob risco de comprometimento do seu bom sucesso. Mas, se o sigilo é aí necessário à apuração e à atividade instrutória, a formalização documental de seu resultado já não pode ser subtraída ao indiciado nem ao defensor, porque, é óbvio, cessou a causa mesma do sigilo. (...) Os atos de instrução, enquanto documentação dos elementos retóricos colhidos na investigação, esses devem estar acessíveis ao indiciado e ao defensor, à luz da Constituição da República, que garante à classe dos acusados, na qual não deixam de situar-se o indiciado e o investigado mesmo, o direito de defesa. O sigilo aqui, atingindo a defesa, frustra-lhe, por conseguinte, o exercício. (...) 5. Por outro lado, o instrumento disponível para assegurar a intimidade dos investigados (...) não figura

título jurídico para limitar a defesa nem a publicidade, enquanto direitos do acusado. E invocar a intimidade dos demais investigados, para impedir o acesso aos autos, importa restrição ao direito de cada um dos envolvidos, pela razão manifesta de que os impede a todos de conhecer o que, documentalmente, lhes seja contrário. Por isso, a autoridade que investiga deve, mediante expedientes adequados, aparelhar-se para permitir que a defesa de cada paciente tenha acesso, pelo menos, ao que diga respeito a seu constituinte.

(HC 88.190, voto do rel. min. Cezar Peluso, 2ª T, j. 29-8-2006, DJ de 6-10-2006.)

Posto isto, defiro o pedido de acesso e cópia dos elementos de prova já documentados nos autos do INQ nº 1258-DF, do PBAC nº 10-DF, da PET nº 12659-DF, da QuebSig nº 25 e da QuebSig nº 26, à requerente ROSIMERI ZANETTI MARTINS, cabendo à investigada ou à sua respectiva defesa os custos correspondentes a eventuais cópias que venham a obter. Deve a Coordenadoria da Corte Especial zelar para que não seja quebrado o sigilo sobre os documentos fiscais, bancários, e sobre as gravações atinentes ao monitoramento telefônico de terceiros, pois, nesse caso, o acesso será restrito às partes atingidas.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se COM URGÊNCIA.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO OG FERNANDES
Relator